

Os “nós” contra elas no pode

Conforme a escritora nigeriana, Chimamanda Ngozi, “o líder se qualifica pela inteligência, cultura e criatividade, não pela força física.” Adverso a este postulado, no Brasil, a cultura machista arraigada socialmente desenvolve barreiras na presença feminina no âmbito da política, com comprometimento da plenitude democrática do país. Esta limitação, se manifesta pela família em sua maioria educar as filhas distantes da gestão pública, a rejeição da figura da mulher, além de assédio físico e psicológico aos poucos grupos de representação feminina nos parlamentos.

Segundo a advogada Jéssica Teles de Almeida, em: Proteção jurídica da participação política da mulher, 46% das mulheres questionadas desconhecem estímulos na legislação destinados a promover suas participações no governo. Esta ignorância, junto a sequela da naturalização à ideia de inferioridade feminina imposta culturalmente, em que as designações trabalhistas ao gênero restringiam-se em serviço doméstico ou materno, em concordância, resultaram no afastamento feminino do cenário da gestão e do poder público. Este distanciamento ainda visível no cenário atual, produz um sentimento desmotivante e nada recepcionista, comprometendo os laços entre as representantes e seu espaço no cenário.

Somado ao déficit na educação familiar, a rejeição da figura feminina no âmbito político social compromete a representatividade política das mesmas. De acordo com a advogada, Karim Becker Lopes, “a ausência da isonomia pactua negativamente com o direito da igualdade”. O trecho acima disserta a deficiência socioestrutural da má aceitação da mulher, sendo manifestado por práticas de exclusão e carência legislativa contribuindo para desvalorização em pautas parlamentares do gênero em questão.

Na sequência, a manifestação da agressividade em relação à mulher demonstra-se também uma barreira, porquanto seus ataques tem tornando-se cada vez mais alternativos, o ódio manifestado contra o gênero feminino tende a silenciar sua voz e desencorajar a participação ativa. O ambiente tóxico está fortemente entrelaçado a um psicológico abalado e improdutivo, além do assédio em exposição midiática aonde o sexo sobrepõe suas realizações.

Em virtude dos aspectos abordados, combater práticas desestimulantes se mostra necessário. Para tal realização, sugere-se as escolas promover, por meio de palestras, o conhecimento, encorajamento e incentivo aos cidadãos perante o poder público, para que estes, como participantes da sociedade, se posicionem a denunciar a fraude de cotas em candidatura por gênero e a cobrar o investimento equitativo em candidaturas, visando criar um ambiente mais justo e acessível para todos.

Turma: 2AA – Equipe: Darlisson Ivo, Eduardo Nogueira e Gustavo Ivo.

Tema: A sub-representação feminina na política brasileira.